

Feminizando a raça e enegrecendo o gênero:

Angela Davis e Lélia Gonzalez



Raquel Barreto



Direção-geral Ivana Jinkings
Edição Tiago Ferro
Assistência editorial Isabela Meucci
Revisão Carmen T. S. Costa
Diagramação A2
Capa Camila Nakazone
Produção Livia Campos

Equipe de apoio Elaine Ramos, Frank de Oliveira, Frederico Indiani,
Higor Alves, Ivam Oliveira, João Cândido Maia, Kim Doria, Lígia Colares,
Luciana Capelli, Marcos Duarte, Marina Valeriano, Marissol Robles,
Marlene Baptista, Mauricio Barbosa, Pedro Davoglio, Rai Alves,
Thais Rimkus, Tulio Candiotta, Uva Costriuba

Copyright © Boitempo, 2022

ARMAS D'CRÍTICA

o clube do livro da Boitempo

Uma biblioteca para interpretar e
transformar o mundo

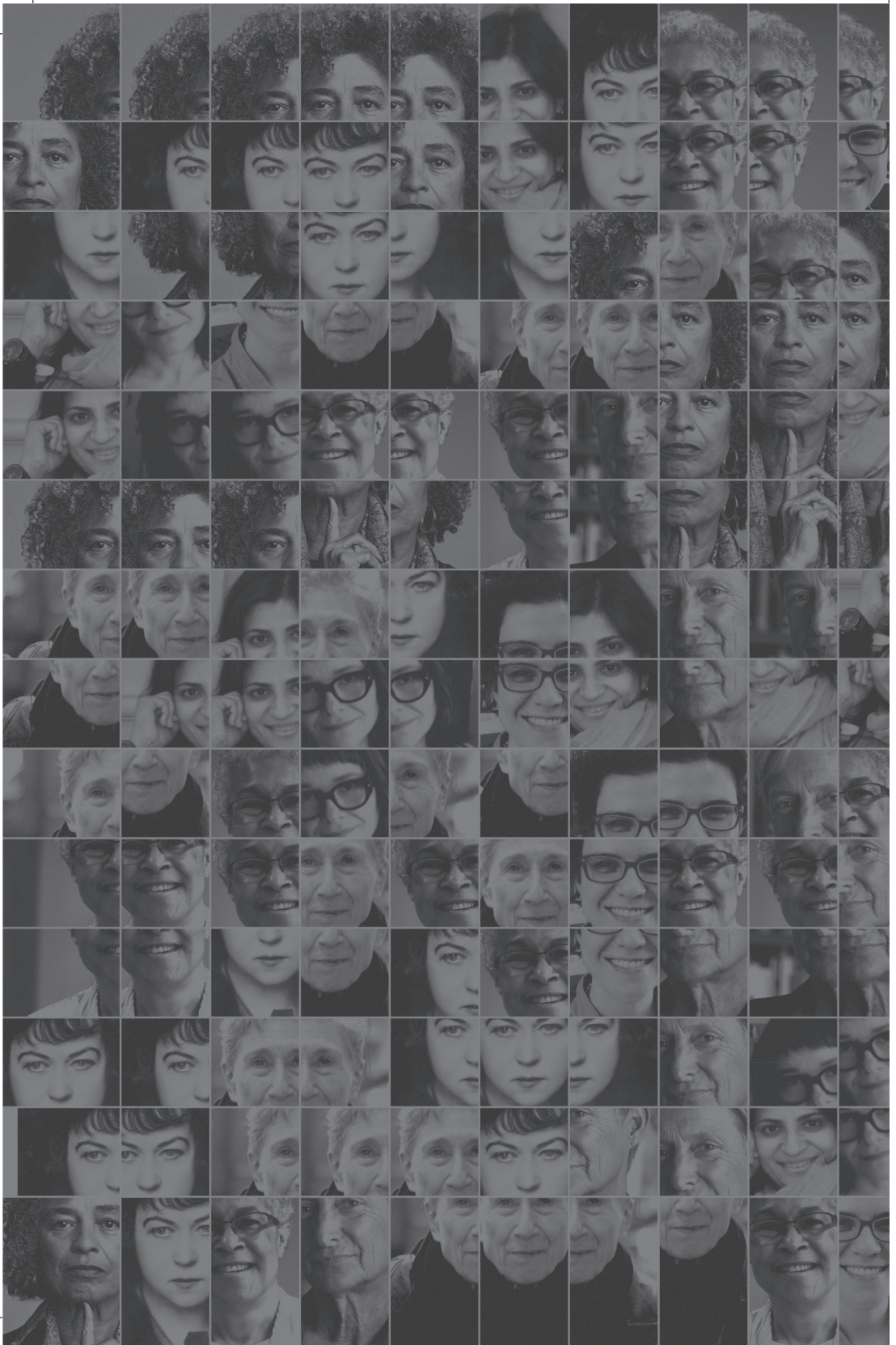
armasdacritica.com.br

Apresentação

“Feminizando a raça e enegrecendo o gênero: Angela Davis e Lélia Gonzalez” é fruto da aula ministrada por Raquel Barreto no curso “Introdução ao pensamento feminista negro”, idealizado e organizado pela Boitempo paralelamente ao ciclo de debates “Por um feminismo para os 99%”, realizado entre março e abril de 2021. Juntos, contaram com a participação de 24 pensadoras, ativistas e comunicadoras de cinco nacionalidades diferentes, entre as quais Cinzia Arruzza, Helena Silvestre, Judith Butler, Patricia Hill Collins, Preta Ferreira, Silvia Federici, Sonia Guajajara e Tithi Bhattacharya. A programação abarcou a obra de autoras centrais, como Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Michelle Alexander, Sueli Carneiro e Conceição Evaristo.

Os debates e as demais aulas estão disponíveis gratuitamente na TV Boitempo, o canal do YouTube da editora, e o curso foi publicado em formato sonoro pelo Grifa Podcast. Os textos elaborados pelas professoras do curso a partir da experiência das aulas serão publicados em uma coletânea pela Boitempo em novembro de 2022.

A programação foi viabilizada pela Lei Aldir Blanc, com a promoção de *Revista Quatro Cinco Um*, *Le Monde Diplomatique Brasil*, *Brasil de Fato*, *Outras Palavras*, *Rede Brasil Atual*, *Rádio Brasil Atual*, *TVT*, *Hysteria*, *Grifa Podcast* e *Preta, Nerd & Burning Hell*.



Feminizando a raça e enegrecendo o gênero: Angela Davis e Lélia Gonzalez¹

A importância de invocarmos Lélia Gonzalez, neste momento, sinaliza o desafio que enfrentamos, enquanto ativistas, de encontrar novas direções para a nossa luta de mulheres negras no Brasil. Achamos que é muito pertinente ter você, Angela, aqui hoje, pois de certo modo a sua trajetória como ativista tem muito em comum com a contribuição da Lélia com a nossa luta no Brasil. Principalmente porque ela sempre procurou nos fazer entender que a nossa luta no Brasil não é um fato isolado. Que somos, todas, resultado de um mesmo processo de negros na diáspora.

Luiza Bairros

Em sua primeira visita oficial ao Brasil, Angela Y. Davis veio a convite da Fundação Cultural Palmares para participar das “Jornadas Lélia Gonzalez”, no Maranhão, em 1997. O encontro se deu três anos após a passagem de Gonzalez. No entanto, aquela não foi a primeira vez que os caminhos das autoras se cruzaram. O primeiro encontro de que se tem notícia entre as duas aconteceu em 1984. Na ocasião, Lélia visitava os Estados Unidos para participar de uma série de atividades, e, em uma delas, reuniu-se com lideranças femininas negras, entre as quais estava Davis. Ao que tudo indica, o encontro foi rápido, mas houve tempo para um registro fotográfico.

1 Este artigo é baseado na aula ministrada no curso “Introdução ao pensamento feminista negro”, organizado pela editora Boitempo e exibido em seu canal do YouTube em 11 de março de 2021. A transcrição da apresentação foi feita por Leonardo Duarte Marins Reis. A elaboração deste artigo contou com as considerações da cientista política Andressa Duarte, a quem agradeço pela leitura atenta e comentários pertinentes.

As reflexões que compartilho aqui foram apresentadas inicialmente em pesquisa de mestrado, finalizada em 2005, em que estudei de forma comparada o pensamento das duas autoras.

Este artigo procura apresentar, de forma introdutória, pontos de convergência entre as trajetórias e as produções intelectuais de Angela Y. Davis (1944) e Lélia A. Gonzalez (1935-1994), que culminaram em seus percursos intelectuais e na militância rumo a um compromisso político com uma agenda antirracista e feminista. Autoras que formam uma matriz epistemológica de feminismo negro, no Brasil e nos Estados Unidos, e que possuem como uma característica marcante o engajamento com movimentos sociais, partidos de esquerda e agendas políticas enunciadas. E sobretudo, o compromisso com a transformação social e o bem-estar coletivo. É importante afirmar que feminismo negro é considerado aqui como um pensamento social complexo, que leva em conta a maneira pela qual raça, classe e gênero moldam estruturas e informam relações sociais. Além disso, um estudo comparado das pensadoras permite salientar o papel das mulheres negras como teóricas. E a forma como elas procuraram evidenciar o papel ativo e propositivo das mulheres negras na formação social, cultural, intelectual e política de seus países. Seus trabalhos romperam com a invisibilidade da mulher negra na esfera da produção de epistemologias e na ação política do movimento no Brasil e nos Estados Unidos.

*

As reflexões compartilhadas neste artigo partem de dois pontos-chave que permitem construir uma interpretação conjunta do pensamento das duas autoras: a ideia de *libertação* e o conceito de *diáspora africana*. Por libertação, entendo a dimensão política e emancipatória de suas proposições, indissociável da maneira como teorizaram e atuaram. Cabe destacar que as autoras partiram de pontos de vista e orientações teóricas um pouco distintas.

A comparação também se constrói a partir do conceito de *diáspora africana*. A definição, que tomo de empréstimo, é da socióloga Luiza Bairos:

[...] constitui a nós negros como grupo em que dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo Mundo [...]. O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro, estabelecido globalmente, nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas à nossa realidade mais imediata, mas também à de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado

diretamente. Há elementos na nossa identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e classe social.²

A definição de Bairros, militante e pensadora do movimento negro, que fez sua passagem em 2016, apresenta uma definição para diáspora que considero importante por condensar a ideia de dispersão e a noção de uma experiência comum. Apesar de se localizarem em diferentes Estados nacionais, existe um ponto de unidade entre pessoas negras. A autora conceitua o racismo como um sistema de opressão. E salienta, principalmente, que o racismo mantém características distintas em grupos historicamente racializados. Isto é, a experiência do racismo **anti-negro** não é a mesma experiência dos povos originários, por exemplo. Embora existam pontos comuns, há práticas de racismo específicas, que incluem, sobretudo, a naturalização da desapropriação de suas terras, no caso dos povos indígenas. Tratando-se da população negra, uma marca comum de experiências compartilhadas é a naturalização, em contextos geográficos e históricos diferentes, de suas mortes. Especialmente os assassinatos cometidos pelos próprios Estados nacionais na condução de políticas de segurança pública, legitimadas na construção de um imaginário que justifica essas práticas. É importante ressaltar que, apesar dos pontos comuns, a experiência da negritude não é a mesma em todos os contextos nacionais. Ou seja, ser negro no Brasil não é exatamente a mesma coisa que ser negro nos Estados Unidos, e vice-versa, sem que haja qualquer tipo de juízo de valor nessa afirmação.

*

As reflexões compartilhadas neste artigo sobre o pensamento das autoras contemplam o período histórico das décadas de 1960 a 1980. Havendo dentro desse período momentos de maior relevância para as trajetórias de cada uma delas. Para Davis, o período é o de 1960-1970, e para Gonzalez, 1970-1980. Há uma relação entre a conjuntura e suas trajetórias, que correspondem a momentos de efervescência dos movimentos negros e sociais, de uma forma geral, em ambos os países.

2 Luiza Bairros, “Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”, *Afro-Ásia*, Salvador, EDUFBA, n. 17, 1996, p. 173.

Os movimentos negros a que pertenceram respondem direta ou indiretamente a distintas formações raciais dos dois países. Apesar das diferenças, no entanto, mantiveram alguns desafios semelhantes, como a construção de uma identidade positiva para as pessoas negras, ao mesmo tempo que articulavam sua atuação política. É preciso levar em consideração a história de escravidão de seus antepassados africanos, que relegou negros/as à “racialização”, estigmatização e ainda à exclusão do poder decisório nas duas sociedades em questão. Todavia, observamos que as mulheres negras, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, só se formariam coletivamente como sujeitos políticos autônomos, com agenda política e discurso coletivo elaborado, mais adiante.

Apesar da diversidade nas propostas e elaborações, as autoras se voltaram às questões básicas para as pessoas negras na diáspora, tais como a compreensão dos processos sociais que moldaram as desigualdades e a opressão racial. Um dos méritos de suas contribuições é a análise da situação das mulheres negras a partir de estudo detido da experiência da escravidão. Além do fomento à organização política de mulheres negras como sujeitas.

Elas também foram militantes reconhecidas não só nos movimentos negros, mas também nos movimentos feministas e nas esquerdas. O que não impediu que sofressem críticas e questionamentos, como ocorre com todas as figuras públicas. Porém, mantiveram como sua centralidade o fato de serem mulheres negras, para, a partir desse lugar, mediar suas ações políticas e intervenções na realidade. Ao compararmos as narrativas das autoras sobre suas trajetórias – a partir de autobiografia, depoimentos e entrevistas –, notamos o destaque dado a um acontecimento em particular. Em ambas, a questão da descoberta de ser uma mulher negra ocorreu graças a uma definição externa. Em um dado momento de suas vidas, elas foram discriminadas por serem mulheres negras. Angela destaca a experiência com George Jackson e o argumento da promotoria de que sua motivação para libertá-lo era a paixão que sentia por ele como o acontecimento decisivo para a sua tomada de consciência de gênero³. Antes disso, ela não se posicionava como mulher negra. Foi a partir de então que iniciou suas pesquisas

3 Conferir Angela Davis, *Uma autobiografia* (trad. Heci Regina Candiani, São Paulo, Boitempo, 2019), p. 346-7.

sobre o tema. Nos depoimentos de Lélia, destacam-se os problemas que teve com a família de seu ex-marido (a família branca dele não aceitava a relação) como parte do processo para a sua tomada de consciência de gênero e raça. O que as levou a refletir sobre as relações de raça e gênero a partir do momento em que se conscientizaram de que eram atingidas por essas mesmas estruturas sociais e hierárquicas⁴. O que as levou a refletir sobre as relações de raça e gênero a partir do momento em que se conscientizaram de que eram atingidas por essas relações. Até então, estavam marcadas por certa excepcionalidade, levando-se em conta o desenvolvimento de suas respectivas trajetórias acadêmicas.

A participação na política foi um fator de grande importância na trajetória das autoras, por quebrar o monopólio masculino em um espaço cujo acesso é limitado para mulheres, em especial para mulheres negras. Além da atuação nos movimentos sociais, elas tiveram em comum a ação partidária, com destaque para as contendas eleitorais. Gonzalez foi candidata duas vezes a deputada estadual e federal, com chances reais de eleição. Davis, por sua vez, concorreu à vice-presidência dos Estados Unidos pelo Partido Comunista em uma chapa com Guss Hall, sem chance alguma de vitória, dada a forte rejeição aos comunistas naquele país no contexto da Guerra Fria.

A questão do engajamento partidário também aparece nas duas autoras, ainda que de forma distinta. Angela tem uma especificidade em relação ao tema que tanto a afasta de Lélia quanto de sua própria geração. É possível especular que isso se deve à sua formação marxista mais rígida, ortodoxa. Davis desenvolveu uma concepção sobre a necessidade de um partido centralizado que organizasse a classe operária, concepção um pouco distinta de grande parte dos movimentos negros estadunidenses da época. A esquerda daquele país, por exemplo, se caracterizou no período pelo afastamento da ideia de um partido marxista-leninista. A *New Left* se constituiu principalmente em organizações baseadas em estruturas menos centralizadas. Davis, ao regressar da Europa, buscava um partido tradicional: o Partido Comunista dos Estados Unidos (CPUSA

4 Nesse tópico é importante também não esquecermos o papel seletivo exercido pela memória, que lembra e esquece simultaneamente e na apresentação sob a forma de narrativa, que tenta dar inteligibilidade a acontecimentos muitas vezes desconexos.

– Communist Party USA), apesar de manter uma relação próxima com o Partido dos Panteras Negras e outras organizações revolucionárias.

Já Lélia aliou-se a partidos de esquerda fundados em outras tradições: primeiramente no Partido dos Trabalhadores (PT) e depois no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Essas diferentes visões de partido relacionam-se com as leituras distintas que ambas fizeram do marxismo. Angela com uma formação marxista-leninista e Lélia com uma visão distinta, muito influenciada pelo pós-1968, com diálogo intenso com a psicanálise e com o pan-africanismo. Apesar de não terem leituras semelhantes sobre o assunto, ambas consideravam fundamental a disputa pelo poder, bem como a organização do trabalho de base (as duas estiveram em momentos de suas militâncias envolvidas no mesmo esforço)⁵.

Em organizações e movimentos, Angela e Lélia não executaram os papéis invisíveis usualmente destinados às mulheres. Isto é, as tarefas de secretariar reuniões, arrumação da sede etc. Mas também viveram, em alguns momentos, pressões para que cumprissem esse tipo de função. Acrescenta-se ainda o fato de não serem identificadas como a mulher/companheira ou a filha de um homem, pois ambas entraram com bastante autonomia no campo político⁶, o que contribuiu para que se destacassem no campo da política, enquanto espaço de concorrência de diferentes atores sociais na disputa por posições. Por isso não foram definidas como meras coadjuvantes, tampouco assumiram uma postura “masculinizada” ou “assexuada” – ou seja, um comportamento dito masculino que mulheres precisam emular para serem consideradas relevantes.

Acredito que foi o acúmulo de capital intelectual obtido na academia, antes do ingresso no movimento, que lhes permitiu uma intervenção política mais independente. O que não era uma característica comum à maioria das mulheres negras⁷.

5 Cabe reiterar que a discussão sobre partidos e disputas políticas na obra de Davis, que menciono aqui, é um recorte na produção da autora.

6 Mesmo que pesem algumas referências ao envolvimento de Angela Davis com a militância política “mais radical” ter ocorrido em função de George Jackson, ela já estava ligada a organizações negras antes de conhecê-lo, na verdade, o contato só foi possível porque ela já militava.

7 Davis frequentou um curso de letras francesas e depois realizou doutorado em filosofia. Gonzalez tinha uma formação mais ampla que a dos militantes negros contemporâneos, era formada em história, geografia e filosofia, e era também mais velha. Por outro lado, não devemos perder de vista que as pessoas que encabeçaram a retomada da luta antirracista nos anos de

Um outro ponto importante que atravessou suas trajetórias foi a perseguição estatal em função de seu ativismo, apesar de terem proporções distintas. Angela, como muitos militantes de sua geração, vivenciou uma perseguição política aberta por parte do Estado e das forças de repressão, além de ter sido presa. Esses acontecimentos foram comuns aos/as militantes negros/as das organizações revolucionárias. O governo estadunidense, com o objetivo de conter a organização política da comunidade negra, desenvolveu um programa específico chamado Cointelpro (Counter Intelligence Program [Programa de Contrainteligência]), executado pelo FBI contra as organizações e lideranças negras. Sua ação consistia em vigiar, perseguir, incriminar ou até mesmo matar, como ocorreu no caso de Fred Hampton⁸. O Partido dos Panteras Negras foi, sem dúvida, a organização mais atingida pela repressão.

Lélia não sofreu diretamente a repressão durante a ditadura militar, nem chegou a ser presa, mas foi vigiada pelo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) em algumas ocasiões. As informações sobre ela aparecem pela primeira vez nos fichários do Dops em 1972⁹, quando era professora de filosofia na Universidade Gama Filho. Nessa ocasião, foi solicitada uma averiguação sobre o seu possível envolvimento no “recrutamento de adeptos à doutrina marxista” na citada universidade. No entanto, nada foi comprovado. As referências a ela voltam a aparecer nos arquivos em 1978, relacionadas à sua participação no movimento negro. A presença de Lélia em reuniões e em atos públicos foi acompanhada de

1970 formavam uma pequena “elite”, com uma ascensão educacional maior que grande parte da população negra, mas que continuavam a se deparar com a discriminação racial no mercado de trabalho e no seu cotidiano. Isso desmentia a visão do senso comum de que o preconceito era baseado na classe e não na raça. Essas pessoas haviam desenvolvido seus estudos a partir do *boom* do ensino superior do país na década de 1970, foram influenciadas pelas lutas dos afro-americanos e pelas lutas de descolonização na África.

Além disso, ambas eram fluentes em línguas estrangeiras, o que lhes dava acesso a uma bibliografia que grande parte dos militantes de seu tempo não tinha. As experiências de viagens (ambas) e estudo no exterior (Angela) ampliaram fortemente suas percepções sobre relações raciais, bem como o entendimento da dimensão global do racismo.

8 Liderança do Partido dos Panteras Negras da sede de Chicago, morto em sua casa, em 4 de dezembro de 1968, pela ação de um infiltrado no partido que cuidava de sua segurança, mas que, na verdade, trabalhava como informante para o FBI.

9 As documentações consultadas referentes a Gonzalez estão espalhadas por várias entradas como: Setor: Informação, Pasta 157, Fl.779; Setor: DGIE, Pasta305/K, Fl.422; Setor: DGIE, Pasta305-H, Fl.507-6; Setor: Comunismo, Pasta 159, Fl.313.

perto por agentes da repressão, e algumas de suas palestras, que abordavam o tema das relações raciais no Brasil, foram gravadas e transcritas nos relatórios.

Pelo fato de as autoras enunciarem suas agendas políticas, suas vidas acadêmicas foram direta ou indiretamente afetadas. Especialmente na busca por legitimidade e reconhecimento entre seus pares nos espaços que as viam, em muitos casos, como meras “agitadoras políticas”. Contudo, as escolhas políticas por elas realizadas acarretaram problemas objetivos às suas vidas acadêmicas. No caso de Davis, em 1968, quando a Universidade da Califórnia, por pressão do ex-governador Ronald Reagan, tentou expulsá-la por sua filiação a um partido comunista. Em relação a Gonzalez, provavelmente em função de seu engajamento e posicionamento político, por exemplo, a dificuldade de conseguir se tornar chefe do departamento de Sociologia e Política na universidade onde trabalhou: “[...] após algumas tentativas frustradas, apesar do apoio que tinha entre os estudantes, só foi eleita em maio de 1994 para o único cargo que a vi desejar durante nosso período de convivência”¹⁰.

*

As duas intelectuais abordaram em algumas de suas produções temas semelhantes – a experiência e a condição das mulheres negras em seus respectivos países, revisitando o período da escravidão, ao ressaltar a especificidade da condição de escravizada e seu papel na resistência individual e coletiva contra a escravidão. Davis e Gonzalez apresentaram experiências ignoradas até então pela história. Um outro objetivo foi o de desconstruir os arraigados estereótipos sobre as mulheres negras baseados na escravidão.

Davis e Gonzalez voltam à história para evidenciar como alguns estereótipos pautavam-se em uma narrativa irreal e falsa dos fatos. Nos Estados Unidos, Davis desconstrói a ideia de poder matriarcal. No Brasil, Gonzalez problematiza a miscigenação, que romantizou o estupro colonial.

As duas autoras apresentam uma discussão a respeito do trabalho escravo exercido pelas mulheres, ao mostrar como a condição “feminina” não suavizou o trabalho das escravizadas, principalmente o trabalho no campo,

10 Luiza Bairos, “Lembrando Lélia Gonzalez”, em Jurema Werneck (org.), *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe* (Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000), p. 58.

onde não se fazia distinção de gênero. E tampouco foram enquadradas na imagem da feminilidade construída ao longo do século XIX. Possuíam uma condição ambígua de mulher, que se manifestava na violência sexual que sofriam, através da coerção da prática sexual por parte do proprietário – fosse por chantagem, por estupro ou pelo lucro do proprietário. O estupro teve um papel central na compreensão da condição da mulher escrava.

Angela dedica atenção especial ao tema, por seu impacto muito forte na comunidade afro-americana, tanto na escravidão como no período da segregação. Durante a escravidão, a partir de uma leitura bem particularizada do tema, ela pontua o fato de o estupro funcionar como uma forma de controle sexual sobre todos os escravos. No período pós-emancipação, será tratado de forma distinta, fossem vítimas e agressores brancos/as ou negros/as.

Lélia avalia o papel do estupro na relação entre o colonizador e as mulheres negras e indígenas, pois foi o estupro a chave do mito da democracia racial – uma dita harmonia sexual obtida através da violência física e moral. O estupro e a reprodução do trabalho escravo situam a experiência do corpo feminino negro na escravidão nas duas sociedades. Além disso, nas representações posteriores sobre as afro-americanas e brasileiras, o corpo se constituiu em lugar de inscrição da violência física e simbólica.

As autoras também apresentam a discussão sobre o homem negro, diferente de grande parte do pensamento feminista branco hegemônico. Mostram como as relações de gênero e raça afetam os homens negros, e como o lugar da raça faz a mediação da categoria gênero. Denunciam a violência contra homens negros, ao revelar a eficácia da raça para subalternizar a posição masculina dentro da sociedade patriarcal. Ocupam simultaneamente a posição de sujeitos subalternos em relação aos brancos e dominantes em relação às mulheres negras. Angela e Lélia revelam as variáveis possíveis do masculino negro dentro de sociedades hierarquicamente definidas por classe, raça e gênero, assim construindo os diversos tipos de masculinidade.

A ampliação dessas discussões não veio apenas das obras dessas autoras, mas de uma tradição dentro do feminismo negro: uma preocupação histórica das mulheres negras com a sua comunidade.

Como mencionado, uma parte importante da contribuição inaugural das autoras foi demonstrar de que maneira raça, classe e gênero criaram subordinações, e como se relacionavam de forma dinâmica, não sendo

possível estabelecer nenhum modelo estático. Por exemplo, se pensarmos no mercado de trabalho, mídia, cultura, educação, renda etc., as variáveis podem possuir valor distinto. Ambas conseguiram trabalhar com as relações sociais de forma complexa, justamente por terem a compreensão da articulação dessas variáveis, de como estas produzem violências e exclusões que não se apresentam de forma estática, tampouco opositiva, mas relacional.

Angela e Lélia já trabalhavam com uma proposição que foi definida apenas posteriormente: a interseccionalidade. Nome dado por Kimberlé Crenshaw ao processo em que “as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes, [e que] propõe um modelo provisório para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero”¹¹. Angela e Lélia usaram com muita ênfase as estruturas de classe para demonstrarem como as desigualdades se configuram de forma complexa, tendo como maiores vítimas os afetados pelas três dimensões¹².

A diferença entre o pensamento das autoras pode ser definida de várias maneiras. Escolhi a diferenciação das estruturas das relações raciais que as levou a responder a problemas específicos. A insistência de Lélia nas categorias da psicanálise, além de uma escolha pessoal, liga-se diretamente à especificidade do racismo à brasileira, que, ao se negar o tempo todo e ao mesmo tempo se manter presente, trata-se de uma forma de racismo internalizada e reforçada pelo processo do branqueamento. Uma relação ambígua que pode ser compreendida pela psicanálise dentro das teorias sociais, por apresentar ferramentas para desvendar o nível inconsciente do processo. Lélia e o movimento negro da década de 1970 estavam justamente respondendo à sociedade brasileira, tanto à esquerda como à direita, que não se trata de um problema de classe, e sim de raça. Assim, é possível perceber que as escolhas intelectuais também se relacionam com debates políticos não nomeados. Nesse processo, o uso do marxismo não seria suficiente para desvendar toda a dimensão das

11 Conferir Kimberlé Crenshaw, “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-88.

12 Ainda é pouco reconhecido o papel de Gonzalez na análise da formação do capitalismo brasileiro de uma perspectiva negra.

relações raciais no Brasil. Para Angela, o processo tomava uma outra forma, era necessário apontar os limites do capitalismo para a resolução dos problemas da população negra, as respostas para a sua superação não seriam obtidas pela inclusão, mas pela ruptura.

*

Defendo que Angela e Lélia tiveram papéis comparáveis em seus países e movimentos. Sintetizaram em grande parte os projetos políticos e as utopias de suas gerações, marcadas pelo desejo de transformação e confiança na mudança. Acrescente-se a isso que, apesar da diversidade e da dimensão dos respectivos contextos, e das diferenças em certos aspectos de suas trajetórias, propostas, elaborações políticas e intelectuais, ambas se voltaram para as questões básicas das condições dos afrodescendentes na diáspora. Empenharam-se em compreender os processos históricos, sociais, políticos e culturais em que se baseiam as desigualdades raciais e a opressão dos/as negros/as e em fomentar a organização deles no combate a esses problemas.

Na soma das duas atividades (política e acadêmica), elas desenvolveram o seu trabalho enquanto intelectuais comprometidas com as transformações sociais, mesmo que esse trabalho não seja usualmente valorizado como ativismo e que a academia o veja com certa desconfiança. Trata-se de uma luta em que os conhecimentos produzidos também foram apropriados, numa resposta ao colonialismo cognitivo que ainda marca as relações raciais nas duas sociedades.

RAQUEL BARRETO é historiadora e pesquisadora. Autora da dissertação *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*, primeiro estudo acadêmico comparativo sobre as autoras. Participou do projeto coletivo de publicação independente do primeiro livro póstumo autoral de Lélia Gonzalez: *Primavera para as rosas negras* (Rio de Janeiro, UCPA – União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018). Prefaciou a edição brasileira de Angela Davis, *Uma autobiografia* (São Paulo, Boitempo 2019). Dividiu mesas com a própria Angela Davis e com Patricia Hill Collins em 2019. Atualmente está no programa de doutorado em história e realiza pesquisas sobre o Partido dos Panteras Negras (1966 a 1974) e as relações entre visualidade, política e poder.

"Na soma das duas atividades (política e acadêmica), Angela Davis e Lélia Gonzalez desenvolveram o seu trabalho enquanto intelectuais comprometidas com as transformações sociais, mesmo que esse trabalho não seja usualmente valorizado como ativismo e que a academia o veja com certa desconfiança. Trata-se de uma luta em que os conhecimentos produzidos também foram apropriados, numa resposta ao colonialismo cognitivo que ainda marca as relações raciais nas duas sociedades."

Raquel Barreto

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR

 /blogdaboitempo.com.br

 /tvboitempo

 /boitempo

 @editoraboitempo

 @boitempo

 @boitempo

 Rádio Boitempo